



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Relatório de Audiência

**Dia:** 3 de Fevereiro de 2009

**Hora:** 16H00

**N.º 114/X-4.<sup>a</sup>**

**ENTIDADE:** Comissão de Trabalhadores da SPdH, S.A. (Serviços Portugueses de Handling, S.A.), representada por Fernando Henriques, Hélder Baptista, Pedro Ribeiro e Ricardo Miguel.

**ASSUNTO:** Despedimentos ilegais na SPdH; gestão do actual CEO; futuro da empresa.

**Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa, (PS) Miguel Queiroz (PSD) e Jorge Machado (PCP)**

Os requerentes da audiência começaram por explicar que, desde 23 de Dezembro de 2008, têm vindo a reunir com os diversos grupos parlamentares, à excepção do PSD, grupo parlamentar com o qual não tiveram oportunidade de marcar uma audiência. Deram conta de que, apesar de estarem em risco cerca de 3000 trabalhadores, já se verificaram cerca de 111 despedimentos ilegais porque os trabalhadores em causa estavam a terminar o terceiro contrato a termo e teriam de ser integrados no quadro. Trata-se de trabalhadores qualificados, com experiência e nos quais foi gasto muito dinheiro em formação. Entretanto, foram substituídos por 90, o que parece incompreensível atendendo ao facto de o número de voos ter aumentado. Mas, por outro lado, o número de subcontratados, das empresas de trabalho precário Kelly e Omniteam, sem contar com os estagiários, tem aumentado: em Setembro de 2008 eram 259; em Novembro, 229 e no momento presente já são 273.

Assinalaram igualmente que o Administrador-delegado que se encontra na empresa há oito meses começou mal porque quis eliminar regras que constam do Acordo de Empresa, designadamente a construção de horários, conforme cópia de circular que se junta<sup>1</sup>. Na altura, verificou-se uma resposta contrária, firme e condigna de cinco sindicatos e foi possível chegar a um acordo. Entretanto, foi possível apurar que, com a abertura alargada do refeitório durante seis meses, foram gastos cerca de 60 000€ de forma inútil. Também deram conta de gastos exorbitantes com a compra de veículos novos para a administração.

---

<sup>1</sup> Circular 010/ADM/08, de 09/05/2008, dirigida a todos os colaboradores da Groundforce da parte do Administrador-delegado.

Prosseguiram dizendo que, para o Administrador financeiro, o grande problema que se coloca é o Acordo de Empresa, de que decorrem os vencimentos e as carreiras, o que lhes parece incompreensível quando há 13 directores com salários superiores a 5000€/mês. Informaram que são gastos cerca de 4 Milhões de Euros por ano com 80 trabalhadores do *Corporate* e que lhes tem sido dito que a empresa só não vai à falência por causa das eleições legislativas em Outubro, isto é, que o Governo não deixa a empresa falir, pelo menos, até Outubro.

Referenciaram igualmente a prática de *dumping* no aeroporto de Lisboa entre a Portway e a SPdH, que é gerida pela TAP a 100%. Explicaram que, no dia anterior, tinham sido confrontados com a saída de um cliente e que naquele dia tinha sucedido o mesmo com outro cliente do Porto. Sucede que tanto os preços cobrados por uma empresa como pela outra têm vindo a baixar, como se constata noutro documento que os requerentes da audiência juntaram<sup>2</sup>, lembrando que é preciso haver regras. Sendo a TAP a principal cliente (80%) da SPdH, é também a principal beneficiária com a baixa dos preços - ainda assim, apresenta resultados negativos actualmente – e também será beneficiário algum privado que venha a adquirir aquela área de negócios.

Comentaram que, no ano passado, foram feitas cerca de 402 000 horas extraordinárias, consequência do mau serviço prestado pelos funcionários da SPdH, apesar de não ser culpa sua mas das opções de gestão tomadas.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) informou que o Deputado Bruno Dias do PCP estava naquele momento a confrontar o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre aquela matéria na reunião da 9.<sup>a</sup> Comissão, porque, a não ser assim, estaria presente naquela audiência.

Observou que a situação descrita, sendo muito grave, roça o escândalo e que aquele não deveria ser o exemplo dado pelo Estado. Prosseguiu dizendo que o PCP sempre se opôs à privatização daquele serviço na altura em que foi levado a cabo pela TAP e sugeriu que a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública questionasse o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social sobre as situações descritas, designadamente as relativas à substituição de trabalhadores com contrato a termo por trabalhadores precários. Do mesmo modo, considerou incompreensível que haja duas empresas a degladiarem-se até, ao que parece, uma delas se afunde, porque não só perdem os trabalhadores como perde o país. Propôs que também o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações fosse questionado sobre as outras questões abordadas. A finalizar, assegurou que o PCP continuará a intervir activamente.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) disse que iria transmitir ao coordenador do Grupo

---

<sup>2</sup> Comunicado n.º 01/CT/2009 da Comissão de Trabalhadores da SPdH.



Parlamentar do PSD o facto de os requerentes da audiência (os representantes da Comissão de Trabalhadores da SPdH) ainda não terem sido recebidos em audiência.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) informou que o PS está excepcionalmente preocupado com os despedimentos comprovados e sugeriu que, para além da documentação entregue, a comissão de trabalhadores fizesse o envio de outros documentos considerados pertinentes que sustentassem as informações veiculadas em ordem a confrontar a tutela (o que até ao momento não sucedeu).

Foi deliberado pedir esclarecimentos aos **Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** sobre a matéria exposta no presente relatório e na documentação anexa com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

**Palácio de São Bento, em 25 de Fevereiro de 2009.**

**A DEPUTADA,**

**Maria José Gamboa**